OS JOGOS E BRINCADEIRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

CELIA NEVES DO NASCIMENTO

Resumo

Este artigo aborda a relevância dos jogos e das brincadeiras na Educação Infantil, destacando seu papel fundamental no desenvolvimento integral da criança. Parte-se do pressuposto de que brincar é uma atividade essencial para o aprendizado, socialização, construção de valores e ampliação de habilidades cognitivas, afetivas, motoras e sociais. A pesquisa bibliográfica aponta autores como Piaget, Vygotsky e Kishimoto, que fundamentam teoricamente a importância do lúdico como recurso pedagógico. Conclui-se que o educador deve planejar e mediar atividades lúdicas de forma intencional, reconhecendo o brincar como direito da criança e como caminho para uma aprendizagem significativa. Segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), as interações e as brincadeiras constituem os eixos estruturantes da prática educativa com crianças pequenas, pois favorecem o desenvolvimento integral, envolvendo aspectos cognitivos, afetivos, motores e sociais. Diante disso, este trabalho propõe refletir sobre a importância do brincar no processo de desenvolvimento infantil.

Palavras-chave: Educação Infantil. Jogos. Brincadeiras. Desenvolvimento Infantil. Lúdico.

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica, compreendendo crianças de zero a cinco anos, e tem como objetivo garantir condições para o desenvolvimento integral em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social. Nesta fase, o brincar ocupa um lugar de destaque, sendo reconhecido como uma das principais formas de expressão da infância.

Os jogos e as brincadeiras não são apenas entretenimento, mas instrumentos fundamentais para a aprendizagem, pois possibilitam à criança explorar o mundo, interagir, criar hipóteses, solucionar problemas e desenvolver sua autonomia. Diante disso, torna-se essencial que o professor compreenda a dimensão educativa do brincar e o incorpore em sua prática pedagógica.

Este artigo tem como objetivo discutir a importância dos jogos e brincadeiras na Educação Infantil, apresentar os principais fundamentos teóricos e propor reflexões sobre práticas pedagógicas que valorizem o lúdico como estratégia de ensino.

Compreende-se que o brincar é um meio fundamental para o desenvolvimento integral da criança, pois permite que ela experimente o mundo com liberdade, criatividade e autonomia. Cabe ao educador criar ambientes ricos em experiências lúdicas, respeitando os tempos e as singularidades de cada criança. A valorização do brincar como prática pedagógica consciente representa um compromisso com a infância e com uma educação verdadeiramente humanizada e significativa.

A IMPORTÂNCIA DO BRINCAR

De acordo com Piaget (1976), a brincadeira é uma forma de assimilação da realidade. A criança, por meio do jogo simbólico, reproduz situações vivenciadas e exerce sua imaginação. Para Vygotsky (1989), o brincar é um espaço de interação social, no qual a criança internaliza regras, papéis sociais e desenvolve funções psicológicas superiores.

De acordo Kishimoto (2011) enfatiza que o lúdico é condição essencial para o desenvolvimento infantil, pois proporciona prazer, criatividade, socialização e construção de conhecimentos. Assim, o brincar deixa de ser visto como perda de tempo e passa a ser reconhecido como prática pedagógica indispensável.

Os jogos e brincadeiras podem ser classificados de diferentes formas. Piaget distingue o jogo de exercício, o jogo simbólico e o jogo de regras. O jogo de exercício predomina

nos primeiros anos, quando a criança repete movimentos para aprimorar habilidades motoras. O jogo simbólico envolve a imitação e a representação do mundo real. Já o jogo de regras surge por volta dos 7 anos, quando a criança entende normas e combinações.

Na Educação Infantil, o jogo simbólico e os jogos de faz de conta são amplamente utilizados, permitindo à criança representar situações da vida cotidiana, atribuir significados e resolver conflitos internos.

O ato de brincar é uma atividade inerente à infância, que transcende o simples entretenimento e ocupa um lugar central no desenvolvimento infantil. Por meio do brincar, a criança explora o mundo, expressa sentimentos, desenvolve a imaginação, socializa-se e aprende de forma significativa. O brincar é, portanto, um direito fundamental da criança, reconhecido por documentos legais e pedagógicos que orientam a prática educativa na Educação Infantil.

O presente texto busca discutir a importância do brincar, fundamentado em teorias clássicas e contemporâneas, destacando seus impactos no desenvolvimento integral da criança e as responsabilidades do educador para potencializar essa prática.

O BRINCAR COMO LINGUAGEM DA INFÂNCIA

Para a criança, o brincar é uma forma de linguagem. Segundo Kishimoto (2011), o lúdico é essencial para que a criança se comunique, expresse desejos, sentimentos e necessidades, construindo significados sobre o mundo à sua volta.

De acordo com Vygotsky (1989) defende que, no faz de conta, a criança interioriza papéis sociais, normas e valores, desenvolvendo funções psicológicas superiores como atenção voluntária, memória lógica e imaginação criadora. Assim, o brincar é atividade que articula fantasia e realidade, contribuindo para a formação de estruturas mentais complexas.

Para Piaget (1976), o brincar é uma forma de assimilação da realidade. Por meio de jogos de exercício, jogos simbólicos e jogos de regras, a criança constrói esquemas de pensamento, amplia sua capacidade de raciocínio e adapta-se ao meio.

No jogo simbólico, por exemplo, a criança representa situações reais ou imaginárias, atribuindo novos significados aos objetos e às ações. Essa representação favorece a construção da função simbólica, essencial para o desenvolvimento Apesar da importância reconhecida do brincar, ainda existem desafios para sua efetivação na rotina escolar. A pressão por conteúdos formais, a falta de formação docente específica e a visão reducionista do brincar como “intervalo” são obstáculos que precisam ser superados. É necessário sensibilizar famílias, gestores e comunidade sobre o valor pedagógico do brincar e assegurar condições estruturais e humanas para sua realização da linguagem e do pensamento lógico.

Brincar é uma atividade inerente à infância, que vai além do simples passatempo ou do entretenimento: é, sobretudo, uma forma de linguagem através da qual a criança se expressa, comunica e interpreta o mundo. Essa concepção é amplamente defendida por estudiosos da educação e da psicologia do desenvolvimento, como Vygotsky, Piaget e Kishimoto.

De acordo com Kishimoto (2011), o brincar é uma linguagem simbólica, pois permite à criança expressar sentimentos, desejos, medos, descobertas e experiências que nem sempre consegue verbalizar de forma convencional. Assim, por meio do faz de conta, dos jogos de imitação e das dramatizações, a criança cria situações imaginárias, assume papéis, experimenta regras sociais e reelabora vivências do cotidiano.

De acordo com Vygotsky (1989) destaca que, no brincar, especialmente no jogo simbólico, a criança realiza uma atividade que está além de suas ações imediatas: ela atribui significados novos aos objetos e às ações, construindo representações mentais que são fundamentais para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores, como a memória lógica, o pensamento abstrato e a imaginação criadora.

Essa dimensão simbólica torna o brincar uma forma de linguagem complexa e singular da infância, capaz de traduzir pensamentos, sentimentos e relações sociais. Nas

palavras de Oliveira (2000), “a brincadeira é uma forma de dizer”, um meio de comunicação que revela o universo infantil, suas curiosidades, conflitos, afetos e modos de compreender o mundo.
Ao brincar, a criança também comunica-se com o outro: estabelece diálogos, combina regras, negocia papéis, compartilha ideias e se insere no grupo. Essa interação social é essencial para o desenvolvimento da linguagem oral e para a construção de competências de convivência e cooperação.
Por tudo isso, a escola precisa reconhecer o brincar como linguagem privilegiada da infância, integrando-o ao currículo de forma intencional e planejada. O educador, por sua vez, deve observar atentamente essa linguagem, escutar o que as crianças expressam em suas brincadeiras e transformar tais expressões em oportunidades de aprendizagem significativa.
Assim, o brincar, além de direito, torna-se um instrumento pedagógico que respeita a essência da infância, potencializa o desenvolvimento integral e fortalece a relação entre criança, escola e sociedade.

O PAPEL DO PROFESSOR NO CONTEXTO LÚDICO

O professor exerce papel fundamental na mediação das atividades lúdicas. Ele deve criar um ambiente rico em materiais diversificados, propor situações de brincadeira planejadas e observar as interações das crianças, intervindo quando necessário para potencializar as aprendizagens.
Segundo Oliveira (2000), o educador deve reconhecer que, no brincar, as crianças expressam sentimentos, desejos, dúvidas e conhecimentos. Assim, é imprescindível planejar tempos e espaços adequados para a ludicidade.
A ludicidade é reconhecida como elemento central no processo de ensino-aprendizagem na Educação Infantil. Brincar é uma atividade essencial para o desenvolvimento integral da criança, que aprende explorando, criando, interagindo e experimentando o mundo de forma prazerosa. Nesse cenário, o professor assume um papel fundamental como mediador do brincar, organizando espaços, planejando atividades intencionais e garantindo que o direito ao brincar seja respeitado.
O papel do professor vai além de disponibilizar brinquedos ou propor brincadeiras. É necessário planejar intencionalmente momentos lúdicos, considerando os interesses, as necessidades e as singularidades de cada criança.

Segundo Oliveira (2000), o professor deve criar situações desafiadoras, selecionar materiais adequados, organizar os espaços de forma atrativa e segura e variar as propostas para estimular diferentes dimensões do desenvolvimento: cognitiva, motora, social e emocional.

Além de planejar e mediar, o professor deve observar atentamente as brincadeiras, pois nelas as crianças revelam saberes, habilidades, dificuldades, sentimentos e formas de interação.
A observação sistemática permite que o professor avalie o desenvolvimento infantil de forma processual, sem caráter classificatório, respeitando o tempo e o ritmo de cada criança. Essa avaliação subsidia o planejamento de novas ações pedagógicas.

BENEFÍCIOS DOS JOGOS E BRINCADEIRAS

Os jogos e brincadeiras contribuem para o desenvolvimento motor, cognitivo, social e emocional. Por meio deles, a criança desenvolve coordenação motora, noção de espaço e tempo, criatividade, linguagem, autonomia, autoestima e cooperação.
Além disso, o brincar estimula a resolução de problemas, o raciocínio lógico e a socialização, pois a criança aprende a esperar a vez, a respeitar regras e a lidar com frustrações.
Apesar de sua importância, o brincar muitas vezes é relegado a segundo plano na prática escolar, cedendo espaço a atividades formais e repetitivas. A pressão por resultados e a falta de compreensão sobre a relevância do lúdico dificultam sua plena utilização
É necessário sensibilizar professores, famílias e gestores sobre o valor pedagógico dos jogos e brincadeiras. A formação continuada

do educador é essencial para que ele possa planejar atividades lúdicas que estejam integradas aos objetivos curriculares.

Os jogos e as brincadeiras são práticas fundamentais na Educação Infantil, reconhecidas não apenas como atividades de lazer, mas como instrumentos valiosos para o desenvolvimento integral das crianças. Através delas, os pequenos exploram o mundo, expressam sentimentos, constroem conhecimentos e estabelecem relações sociais significativas.

Brincar também promove habilidades sociais fundamentais. Durante as brincadeiras, as crianças: Aprendem a conviver em grupo; Respeitam regras e limites; Negociam papéis e situações; Desenvolvem empatia e solidariedade; Exercitam a cooperação e a convivência pacífica. Essas experiências contribuem para a formação de valores como respeito, responsabilidade e amizade. Benefícios emocionais

Outro aspecto relevante é o impacto positivo das brincadeiras na dimensão emocional. Por meio delas, a criança: Expressa sentimentos e emoções; Lida com frustrações e medos; Fortalece a autoestima e a autoconfiança; Vivencia o prazer, a diversão e a satisfação.

Conforme Oliveira (2000), brincar permite que a criança elabore situações difíceis, transformando-as simbolicamente, o que auxilia no equilíbrio emocional.

INTEGRAÇÃO ENTRE OS BENEFÍCIOS

Os benefícios dos jogos e brincadeiras são interligados. Uma mesma atividade pode desenvolver habilidades motoras, cognitivas, sociais e emocionais de forma integrada e prazerosa. Assim, brincar não é atividade isolada, mas um eixo estruturante que potencializa todas as dimensões do desenvolvimento infantil.

O brincar é uma atividade essencial na infância, sendo reconhecido como um poderoso instrumento de desenvolvimento integral. De acordo com Jean Piaget, o brincar favorece a construção do conhecimento, pois permite à criança assimilar e acomodar experiências, reorganizando estruturas cognitivas e desenvolvendo o raciocínio lógico por meio de jogos simbólicos e de regras. Lev Vygotsky, por sua vez, destaca o papel do brincar como forma de internalização da cultura e do desenvolvimento da linguagem e das funções mentais superiores, defendendo que a brincadeira estimula a zona de desenvolvimento proximal, ao possibilitar que a criança realize ações inicialmente com apoio do outro, até conseguir fazê-las sozinha. Henri Wallon complementa essa visão ao enfatizar que o brincar mobiliza o corpo, a emoção e a cognição de forma integrada, contribuindo para a formação da personalidade e da autonomia infantil. Assim, ao brincar, a criança experimenta, descobre, interage, sente e aprende, consolidando habilidades essenciais para sua formação global. O educador, nesse contexto, assume o papel de mediador, oferecendo um ambiente seguro, acolhedor e estimulante, no qual o lúdico seja valorizado como elemento estruturante do processo educativo.

PROPOSTAS DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS

Para potencializar o uso do lúdico, o professor pode adotar estratégias como: Organização de cantinhos temáticos (casinha, faz de conta, leitura, construção).Planejamento de jogos de regras simples (dominó, memória, quebra-cabeça).Roda de histórias com dramatizações. Brincadeiras tradicionais (pula corda, amarelinha, esconde-esconde).Exploração de brinquedos não estruturados (caixas, tecidos, blocos).Atividades ao ar livre com jogos cooperativos. A Educação Infantil é a primeira etapa da educação básica, tendo como finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, em complementação à ação da família e da comunidade. Para assegurar essa finalidade, a legislação brasileira estabelece diretrizes e normas que orientam as propostas pedagógicas das instituições de Educação Infantil.

A construção de propostas pedagógicas fundamentadas em leis garante o respeito aos direitos da criança, valorizando o brincar, a interação, a aprendizagem significativa e o respeito às especificidades da infância. Este

artigo busca apresentar as principais bases legais da Educação Infantil no Brasil e discutir como elas se articulam com a prática pedagógica nas instituições.

O DESENVOLVIMENTO ATRAVÉS DO BRINCAR

Brincar é mais do que uma simples atividade de lazer para a criança. É uma linguagem própria da infância e uma forma natural de aprender e se expressar. Por meio das brincadeiras, a criança desenvolve aspectos cognitivos, motores, sociais e emocionais, ao mesmo tempo em que explora o mundo ao seu redor e constrói conhecimentos sobre si mesma e os outros.

No contexto da educação infantil, o brincar deve ser valorizado como instrumento pedagógico, pois contribui diretamente para o desenvolvimento integral da criança. Ao brincar, ela exercita a criatividade, resolve problemas, desenvolve a imaginação, experimenta papéis sociais e aprende a lidar com regras e limites.

Brincadeiras simbólicas, jogos de faz de conta, jogos de regras, brincadeiras motoras e sensoriais são exemplos de atividades que estimulam áreas diferentes do desenvolvimento infantil. Cada uma delas oferece desafios e oportunidades de crescimento que respeitam o ritmo e a individualidade de cada criança.

Além disso, o brincar promove autonomia, socialização e autoestima, elementos essenciais para o desenvolvimento saudável. Em ambientes educativos que respeitam e incentiva o brincar, a criança sente-se segura para explorar, errar, tentar novamente e construir significados para suas experiências.

Portanto, o brincar deve ser entendido como uma necessidade e um direito da criança, reconhecido inclusive pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Cabe ao educador proporcionar um ambiente rico, seguro e estimulante, onde o brincar seja parte essencial do processo de aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O brincar é um direito da criança, garantido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Cabe ao professor garantir que este direito seja respeitado, reconhecendo o brincar como linguagem essencial da infância.

Para isso, é necessário planejamento, intencionalidade pedagógica e sensibilidade para escutar e observar as crianças, respeitando suas necessidades e potencializando suas descobertas. Os jogos e as brincadeiras, quando bem utilizados, tornam a escola um espaço prazeroso, acolhedor e estimulante.

A construção de propostas pedagógicas na Educação Infantil deve estar alinhada à legislação vigente, garantindo o direito da criança a uma educação de qualidade, centrada em sua ludicidade, autonomia e potencial criativo. O brincar é uma atividade essencial, que promove o desenvolvimento integral da criança de forma prazerosa, criativa e significativa. Reconhecer sua importância é garantir que a infância seja vivida plenamente, respeitando suas singularidades e potencializando aprendizagens que extrapolam o espaço escolar.

Cabe ao educador, à escola e à sociedade proteger e valorizar o brincar, garantindo que ele esteja presente como direito, linguagem e instrumento de formação para a cidadania desde os primeiros anos de vida.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009.

KISHIMOTO, T. M. Jogo, brinquedo e educação. São Paulo: Cortez, 2011.

OLIVEIRA, V. M. B. de. Brinquedos e brincadeiras na educação infantil. Petrópolis: Vozes, 2000.

PIAGET, J. A formação do símbolo na criança: imitação, jogo e sonho, imagem e representação. Rio de Janeiro: LTC, 1976.

VYGOTSKY, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1989.